


A inclusão nas bibliotecas universitárias federais do Nordeste do Brasil

Fabiana de Jesus Cerqueira

Doutoranda em Educação


Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-2733-0494> E-mail: fabyanna84@hotmail.com

Theresinha Guimarães Miranda

Doutora em Educação

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0002-7762-7739> E-mail: tmiranda@ufba.br

Submetido em: 24-01-2022

Reapresentado em: 05-02-2022

Aceito em: 19-05-2022

RESUMO:

A biblioteca universitária é um dos espaços em que as políticas educacionais inclusivas se materializam, as quais asseguram a educação como um direito. Desse modo, exige-se do bibliotecário uma postura proativa no tocante a acolher usuários na condição de deficiência com paridade e equidade e, assim, fornecer subsídio para a legitimação dessas políticas no âmbito da biblioteca. Diante deste cenário, o objetivo da pesquisa consiste em realizar um levantamento de quais bibliotecas universitárias federais da região do Nordeste apresentam serviços destinados às pessoas com deficiências, especialmente no tocante a oferta de acervo acessível e de tecnologia assistiva. A pesquisa, qualitativa e quantitativa, de caráter descritivo, teve como fundamento o método de abordagem dialético-materialista. Os dados foram coletados nos sites das instituições; referente aos procedimentos adotou-se a análise de conteúdo. Ao realizar tal investigação, identificou-se que do total das vinte bibliotecas das universidades federais da região Nordeste, apenas oito apresentam nos sites serviços destinados às pessoas com deficiência. Os resultados obtidos evidenciaram que a inclusão nas bibliotecas universitárias federais do Nordeste ainda se apresenta em estágio inicial na maioria das bibliotecas.

Palavras-chave: inclusão; biblioteca universitária; políticas públicas.

Inclusion in federal university libraries in northeastern Brazil

ABSTRACT

The university library is one of the spaces in which inclusive educational policies materialize, which ensure education as a right. In this way, the librarian is required to take a proactive stance in terms of welcoming users with disabilities with parity and equity and, thus, providing support for the legitimation of these policies within the library. Given this scenario, the objective of the research is to carry out a survey of which federal university libraries in the northeast region have services for people with disabilities, especially with regard to the provision of accessible collections and assistive technology. The research, qualitative and quantitative, of a descriptive character, was based on the dialectical-materialist approach method. Data were collected on the institutions' websites; regarding the procedures, content analysis was adopted. When carrying out this investigation, it was identified that of the total of twenty libraries of federal universities in the northeast region, only eight present services for people with disabilities on their websites. The results obtained showed that inclusion in federal university libraries in the northeast is still at an early stage in most libraries.

Keywords: inclusion; university library; public policy.

1 INTRODUÇÃO

Em uma digressão histórica, constata-se que se constituiu regra a prática de excluir os considerados diferentes. As pessoas com deficiência eram referidas como vítimas de uma tragédia pessoal e cada uma vivenciava de forma particular as consequências de uma história de discriminação e preconceito. Com o tempo, a mentalidade em relação à deficiência sofreu alterações e, assim, na atualidade discute-se a inclusão, perspectiva esta que concebe as pessoas com deficiência como cidadãos capazes e críticos, com direitos e deveres sociais.

No tocante à educação, as políticas educacionais inclusivas, situadas no âmbito das políticas públicas de cunho social, têm assegurado o direito à educação para pessoas na condição de deficiência. A luta pelos direitos da pessoa com deficiência procede de uma demanda social antiga. Assim sendo, tais políticas configuram-se como ferramentas de

reparação histórica. É inquestionável que o Brasil apresenta uma das legislações mais completas na área da inclusão. Contudo, o problema grave da atualidade em relação aos direitos humanos, é assegurar esses direitos, e impedir a violação dos mesmos (BOBBIO, 2004).

Considerando-se que a biblioteca universitária (BU) é um dos espaços em que tais políticas se materializam, exige-se do bibliotecário uma postura proativa ante ao movimento da inclusão em curso. Diante desta conjuntura, o objetivo desta pesquisa é realizar um levantamento de quais bibliotecas universitárias federais do Nordeste apresentam serviços destinados às pessoas com deficiências, especialmente no tocante à oferta de acervo acessível e de tecnologia assistiva. O artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa de doutorado em execução no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (PPGE-EDU).

A natureza da pesquisa é do tipo descritiva, qualitativa e quantitativa; utilizou-se como método de abordagem a dialética materialista e, assim, a contextualização da problemática foi realizada por meio da história, o que possibilitou a compreensão clara do fenômeno estudado e a visão de conjunto, aspectos norteadores dessa abordagem.

No que se refere aos resultados, constatou-se que do total das vinte universidades federais da região Nordeste do Brasil, identificou-se nos sites das respectivas instituições que apenas oito apresentam serviços destinados às pessoas com deficiências. Dentre os principais serviços encontrados destaca-se a disponibilização de tecnologia assistiva, coleção e repositório acessível. Espera-se que esta investigação intensifique as discussões sobre as práticas da biblioteca universitária ante as demandas das políticas educacionais inclusivas. Reconhece-se que os desafios são reais, contudo, de acordo com as informações apresentadas, é obvio não ser mais possível adiar o enfrentamento de tais questões, por se constituir prioridade atuar em consonância com a perspectiva inclusiva.

2 BREVE RETROSPECTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS E A CONCEPÇÃO DA DEFICIÊNCIA

No panorama nacional, marcado pela exclusão de pessoas com deficiência, a sociedade acostumou-se a excluir dos seus espaços tudo o que seja considerado diferente.

Com referência à educação, apesar de a Constituição Federal de 1988 conferir às pessoas com deficiência o direito à educação, o desenvolvimento do processo para que essas efetivamente o exercessem foi lento (BRASIL, 1988).

Inicialmente as pessoas com deficiência foram totalmente excluídas e depois segregadas; a seguir a proposta era a de integração para, finalmente, lançarem-se as bases para a inclusão. Menegatti (2012) assinala que remontam à Grécia antiga posturas preconceituosas para com a pessoa com deficiência; os nascidos com algum 'defeito' recebiam a cruel sentença de morte. Nessa circunstância, concedia-se aos pais o direito de eliminarem os bebês que não se enquadravam nos padrões considerados normais.

Na Idade Média, com o surgimento do cristianismo e a consolidação da Igreja Católica, os membros da igreja assumiram certo poder e conseguiram manipular as ações da nobreza; desse modo, as pessoas com deficiência passaram a ser consideradas criaturas de Deus em função dos princípios cristãos. No entanto, essas pessoas ainda viviam afastadas do convívio social e sua sobrevivência continuava condicionada à boa vontade e caridade humanas (MIRANDA, 2006).

Após a total exclusão vivenciada pelas pessoas com deficiência, o modelo seguinte foi o da segregação, praticado até o final da década de 1940, no qual as pessoas com deficiência eram internadas em instituições fechadas e não tinham contato algum com o mundo à sua volta. Os cuidados recebidos nessas instalações relacionavam-se à provisão de um teto, comida e roupa (VIVARTA, 2003). No tocante à educação, ainda na década de 1950, observa-se que as oportunidades se resumiam a quase nada para esse público, de acordo com Maior e Meireles (2010). As pessoas com deficiência não eram respeitadas, as diferenças eram ignoradas, a discriminação e o preconceito eram explícitos.

Com respeito à legislação, a Lei nº 7.853/89, a qual dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência (*sic*), sua integração social, é pioneira ao enunciar a inclusão como modalidade educativa. Contudo, em seu artigo 2º aponta para as escolas especiais, em virtude de o modelo de integração ser o vigente (BRASIL, 1989). No referido modelo, o aluno até transitava no sistema escolar, contudo, em espaços segregados; configurava-se uma inserção parcial, em que “a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências” (MANTOAN, 2003, p. 16).

A integração mantinha formas de segregação, pois as deficiências não eram aceitas, portanto, é ineficaz em sua essência por acentuar a discriminação e o preconceito em vez de diminuí-los. Os conceitos de segregação, preconceito e discriminação encontram-se sobrepostos; o preconceito desencadeia a ação de discriminar e a discriminação se manifestará em forma de segregação ou de marginalização. A segregação é uma separação que pode ser real ou imaginária, enquanto a marginalização está relacionada com se colocar um grupo ou alguém à margem, ou seja, afastado da sociedade. Enquanto o segregado não faz “parte de”, o marginalizado pode até fazer, entretanto, de maneira precária; disso se depreende que há segregação na marginalização (CROCHÍK, 2012; MANTOAN, 2003).

O paradigma integrativo constituía-se o reflexo do modelo médico, em que a deficiência se constituía doença. O respectivo modelo sustentava-se a partir das relações sociais historicamente construídas, em que a sociedade tem renegado a questão da diversidade humana. Diversidade esta que nos torna originais e irrepetíveis, segundo Rodrigues (2021). Estabeleceu-se um padrão do belo e do feio, do normal e do anormal. As pessoas com deficiência, neste cenário, são percebidas como “anormais”, como se as diferenças não estivessem intrinsecamente ligadas à condição do ser humano (SANTOS, 2013).

O modelo médico estabelece uma relação de causalidade entre a lesão ou a doença e a experiência da deficiência é percebida como um fator que limita viver em sociedade. A deficiência é percebida como anomalia ou patologia que requer cuidados clínicos que visam à normatização da funcionalidade humana, o que posteriormente será questionado pelo modelo social (SANTOS, 2013).

Conforme Maior e Meireles (2010, p. 33), como resultado as pessoas com deficiência eram “confundidas com permanentes ‘pacientes’, passivos, sem voz, sem autonomia e sem direitos, cada pessoa vivia a sua história de discriminação e preconceito de forma isolada, sem saber que era tão titular de direitos e de deveres como todo e qualquer cidadão”.

Ante o exposto, compreende-se que a integração é ineficaz em sua essência por acentuar a discriminação e o preconceito ao invés de diminuí-los. O desgaste deste modelo provocou a discussão da inclusão sob diversas perspectivas, como educação, lazer, trabalho. O escopo da inclusão prevê uma educação que abandona os moldes tradicionais, percebe as

habilidades e as necessidades de aprendizagem. Logo, inclusão resulta da rejeição da exclusão (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012).

A inclusão ganha vulto na década de 1990, em razão de eventos internacionais na área de educação. Destaca-se a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, a qual teve como produto a Declaração de Salamanca. O documento institui a disseminação do conceito de educação inclusiva e endossa o compromisso em prol da educação para todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de garantir a educação de pessoas com deficiência. Nesse contexto, referenda-se as escolas comuns como o meio eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade pautada no respeito à diferença. O Brasil, signatário desse documento, compromete-se com a profunda transformação do sistema educacional brasileiro, dado que o Art. 3º da Declaração aponta para a necessidade de tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação para pessoas com qualquer tipo de deficiência como parte integrante do sistema educativo (UNESCO, 1994).

Nesta linha, em 2003, o governo brasileiro lança o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, cujo objetivo consistia em apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, garantindo o acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade, promovendo a formação de professores para atuar na disseminação da educação inclusiva (BRASIL, 2005).

Nesta esteira, emerge o Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior, lançado em 2005 pelo Ministério da Educação (MEC), incentivando as Instituições de Ensino Superior (IES), a criarem núcleos de acessibilidade visando eliminar barreiras físicas, pedagógicas, nas comunicações e informações, nos ambientes, instalações, equipamentos e materiais didáticos. Atribui-se aos núcleos de acessibilidade estruturar ações, articular entre os diferentes departamentos da universidade a implementação da política de acessibilidade, bem como implementar a acessibilidade às pessoas com deficiência em todos os espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na instituição (BRASIL, 2008).

Posteriormente, em 2008, o governo publica a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. A proposta da integração e da segregação, pela qual a escola e a sociedade estavam isentas de mudanças é refutada e a Educação Especial constitui-se a

proposta pedagógica da escola pela perspectiva da educação inclusiva, cujo público-alvo são os alunos com deficiência. A política aponta que a transversalidade da educação especial no ensino superior se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos (BRASIL, 2008).

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva compreende-se a educação inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem discriminação. Ainda afirma que a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis (BRASIL, 2008). Nessa direção Rodrigues (2021), admite que o direito à educação é o direito dos direitos, uma vez que este direito tem a capacidade de alavancar os demais direitos. Ainda acrescenta que este direito dos direitos se constitui a educação inclusiva porque a educação sem inclusão não encaminha para os demais direitos humanos.

O processo de inclusão manifesta-se contra as desigualdades, posiciona-se desfavoravelmente ao desrespeito às minorias. Além do que, implica na elaboração de estratégias para acolher a diversidade, trata-se de “[...] uma mudança de perspectiva educacional, por não atingir apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral” (MANTOAN, 2003, p. 16). Nessa perspectiva, defende-se o reconhecimento das diferenças e a oferta de condições para que as barreiras não impeçam a formação (CROCHÍK, 2012).

O Decreto nº 6.949/09 ratifica a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e recebe influência do modelo social, o qual se contrapõe ao médico, e admite que a deficiência “[...] resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devido às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2009, p. 2).

Ainda sublinha que a discriminação por motivo de deficiência manifesta-se quando há qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com os demais, de todos os direitos humanos e liberdades

fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro (BRASIL, 2009).

Ressalta-se que o modelo social é oriundo do Reino Unido, a partir do sociólogo Paul Hunt, ele próprio pessoa com deficiência reuniu indivíduos nessa condição para viabilizarem discussões sobre as dificuldades vivenciadas, o que levou à formação do grupo Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação. O modelo resiste à redução da deficiência a impedimentos e argumenta que não era a natureza que oprimia, mas a cultura da normalidade que desprezava os corpos considerados indesejáveis (DINIZ, 2007).

O modelo social recebe inspiração do materialismo histórico e busca explicar a opressão por meio dos valores centrais do capitalismo, direcionado para as concepções de corpos produtivos e funcionais. Os corpos com impedimentos seriam inúteis à lógica produtiva em uma estrutura dinâmica insensível à diversidade. Tal modelo compreende a deficiência como manifestação da diversidade humana e que as barreiras sociais provocam a experiência de desigualdades. A opressão não é um atributo dos impedimentos corporais, mas o resultado de sistemas sociais não inclusivos (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

Nesse contexto a deficiência é deslocada dos espaços domésticos para a vida pública; trata-se de uma questão de justiça social. A condição de deficiência não é anormalidade, não se resume ao estigma ou à vergonha pela diferença. Para Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 65) a deficiência diz respeito a “Habitar um corpo com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais é uma das formas de estar no mundo.”

Em 2015, publica-se a Lei nº 13.146/2015, a Lei Brasileira da Inclusão (LBI), a qual representa um avanço no tocante a assegurar e a promover em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Corroborar com o modelo social ao apontar que são as barreiras que limitam a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais. Igualmente, valida o paradigma da inclusão introduzido pela Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, tornando-se assim a sociedade responsável pela eliminação das barreiras que obstaculizam a participação efetiva das pessoas com deficiência (BRASIL, 2009, 2015).

A LBI utiliza a terminologia “pessoa com deficiência”, termo praticamente unânime nas organizações que tratam da deficiência, que entrou em uso por volta da metade da

década de 1990 e permanece até os dias de hoje. Os termos empregados ao longo da história refletem sobremaneira como essas pessoas eram percebidas e retratam sua marginalização. Até a década de 1980 os termos mais empregados eram: aleijado, defeituoso, incapacitado ou inválido. A partir de 1981, ao se estabelecer o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (sic), ganhou impulso a expressão pessoa deficiente. Com o tempo, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência (SASSAKI, 2003, 2005).

A expressão portador de deficiência “[...] não cria relação de direito-dever entre pessoas com e sem deficiência porque não divide responsabilidades. É como se a deficiência não fosse uma questão da sociedade, apenas um problema do “portador” e de seus familiares” (VIVARTA, 2003, p. 24). O termo distancia-se da ideia de que a deficiência é reforçada a partir das barreiras encontradas no contexto social e retoma a deficiência como uma tragédia pessoal (SASSAKI, 2003, 2005).

Apesar de entendermos que a terminologia não seja suficiente para desconstruir o estigma social associado à condição de deficiência, é necessária uma mudança de perspectiva relativamente à deficiência. Contudo, reconhece-se que a linguagem expressa, voluntariamente ou involuntariamente o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências, conforme expressa Sasaki (2005).

3 A ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS

Reconhece-se que as diretrizes políticas inclusivas têm alterado substancialmente os rumos da universidade e a BU, enquanto subsistema da universidade, necessita alinhar seu planejamento com a missão, visão, finalidades e princípios das instituições superiores a que estão subordinadas, as quais integram a fomentação do paradigma inclusivo (EMMANUELLI, 2009).

Considerando o caráter educativo da BU admite-se a necessidade de superar seus valores tradicionais, que abrangiam o armazenamento da informação, para atuar como centro de aprendizagem dinâmica e participativa. As funções da BU estão para além de garantir acesso, disseminar, recuperar e preservar a informação; a biblioteca “[...] auxilia a cada indivíduo no processo de descoberta de sua capacidade de realização como também no

seu desenvolvimento, garantindo assim a construção de suas próprias idéias, gerando conhecimento” (ALCÂNTARA; BERNARDINO, 2013).

Reconhece-se o protagonismo da BU na legitimação das políticas educacionais inclusivas; ações de natureza inclusiva bem planejadas são fundamentais no processo de implementação do paradigma inclusivo na universidade. Porém, entendemos que o diálogo entre as práticas da BU e a educação inclusiva subsidiará a otimização dessas práticas em razão de a educação inclusiva combinar três aspectos: o reconhecimento das diferenças como constitutiva do humano, a compreensão das especificidades do desenvolvimento do sujeito e a defesa da convivência com a diversidade cultural numa universidade para todos e com todos. A educação inclusiva considera não apenas o modelo social de deficiência, mas também o conjunto dos direitos humanos (PLETSCH; 2020; PLETSCH; SOUZA, 2021).

Neste âmbito as práticas inclusivas devem ser discutidas para além da legalidade; é necessário que suas políticas e práticas evidenciem o entendimento de que a deficiência tem caráter multifacetado enquanto experiência social. Conforme Pletsch, Melo e Cavalcante (2021) endossam, não se trata tão somente de reconhecer a diversidade humana, mas entender como as desigualdades sociais moldam a experiência da deficiência e as condições do desenvolvimento do sujeito. A partir dessas reflexões e compreensões a baliza do paradigma inclusivo que os bibliotecários devem ancorar suas práticas.

Atentos aos novos perfis de usuários, os bibliotecários precisam inovar nos serviços oferecidos. Entende-se que essa postura não é uma opção, é uma responsabilidade social; à medida que atuam dessa maneira tornam-se instituições inclusivas em sua essência e o primeiro passo para que isso ocorra é dispensar atendimento com qualidade (CERQUEIRA, 2019). O bom atendimento das pessoas com deficiência está diretamente relacionado à capacitação da equipe; os funcionários devem ser preparados para acolher as diferenças de forma natural e sensível, com a mesma atenção e respeito dispensados aos demais usuários (PUPO; MELO; FERRÉS, 2006). Dessa maneira, a biblioteca assume a sua função social de entregar a informação ao usuário sem reforçar o estigma social.

Nesse processo de legitimar as políticas educacionais inclusivas entende-se que é essencial a adoção de tecnologia assistiva (TA) nas práticas diárias, uma vez que essas proporcionam autonomia à pessoa com deficiência, e, assim, rompe-se o paradigma de excluir, segregar ou integrar. A lei brasileira da inclusão conceitua TA como:

[...] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015, p. 2).

O planejamento é outra ferramenta necessária para a promoção da inclusão. Os documentos institucionais, regimento e regulamento, deverão prever ações referentes a demandas de estudantes com deficiência. A política de formação e desenvolvimento de coleções, uma ferramenta de planejamento, deverá prever a compra de acervo em formato acessível, como por exemplo, *audiobook*, acervo em braile, e fonte ampliada. A política deve definir a estratégia de criação de uma coleção e deve ser um guia para a seleção, manutenção e avaliação do conteúdo (KAVANAGH; SKÖLD, 2009). À medida que a biblioteca oferta serviços direcionados para cada perfil de estudante, se apresenta como uma ferramenta de transformação social que valoriza o ser humano.

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, quantitativa e descritiva. A união dessas modalidades auxiliou o desenvolvimento desta pesquisa, sendo que o aspecto qualitativo permitiu ir além de indicar fragilidades, auxiliou no entendimento do quadro, para assim delinear o que pode ser realizado e trazer melhorias. Por seu turno, a modalidade quantitativa enriqueceu a pesquisa com os dados numéricos, facilitando a organização de elementos de reflexão relevantes (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa se apoia epistemologicamente na abordagem dialética materialista, caracterizada pela observação e análise das contradições, ou seja, o confronto de aspectos observados, os quais proporcionarão qualidade à investigação. Nessa linha, a de confrontar os aspectos observados, a pesquisa dialogará com as bases teóricas da educação inclusiva. A dialética materialista está intrinsecamente ligada ao materialismo histórico, o método científico humanista que busca o conhecimento acerca dos contextos históricos daquelas condições materiais de nossa existência e de como as contradições são ideologicamente controladas pelas forças dominantes. Assim, busca-se otimizar as condições do

conhecimento construído e da história das pessoas com deficiência visando a legitimação dos direitos adquiridos (KONDER, 2008).

Considerando que o Nordeste é a região brasileira com predominância (26,3%) de pessoas com pelo menos uma das deficiências, contudo, com a menor taxa (4,0%) de conclusão do ensino superior dessas pessoas, entendemos que neste cenário urge a necessidade de debater sobre questões referentes à inclusão. Isso posto, as bibliotecas universitárias federais do Nordeste que ofertam serviços destinados à pessoa com deficiência compuseram o universo desta pesquisa (BRASIL, 2010).

Na etapa inicial da pesquisa consultaram-se no site do Ministério da Educação (MEC) as universidades federais do Nordeste e identificaram-se 20 (vinte) instituições. Entretanto, com a aplicação do procedimento de análise de conteúdo dos sites observou-se que do total das 20 (vinte) universidades apenas 8 (oito) apresentam serviços destinados à pessoa com deficiência, assim sendo, apenas 8 (oito) constitui-se o universo desta pesquisa, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Bibliotecas universitárias com serviços destinados à pessoa com deficiência

UFBA	UFRN	UFC	UFS
Núcleo de Acessibilidade Informacional	Laboratório de Acessibilidade	Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência	Seção de Inclusão de Usuário com Necessidades Especiais
UFPB	UFPI	UFMA	UFRPE
Seção de Inclusão de Usuário com Necessidades Especiais	Laboratório para Deficientes Visuais	Sala de Acessibilidade Informacional	Laboratório de Acessibilidade

Fonte: Dados da pesquisa.

5 RESULTADOS

A proposta do Núcleo de Acessibilidade Informacional da UFBA é assegurar aos usuários na condição de deficiência acesso aos serviços disponíveis, tais como a consulta local, empréstimo domiciliar e audiovisual, orientações para o auxílio de computadores equipados com softwares específicos, leitores de tela e sintetizadores de voz capazes de permitir a leitura e produção de material textual. O núcleo celebrou convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para compartilhamento de acervos

digitais em formatos acessíveis através da parceria com a Rede Brasileira de Estudos e Acervos Adaptados-REBECA (UFBA, 2021).

A REBECA é a primeira rede colaborativa de acervos acadêmicos adaptados que promove o acesso à informação e conteúdos acadêmicos, cujo propósito é reunir as instituições de ensino superior que desenvolvem ações e serviços de atendimento informacional aos estudantes dessas instituições para cooperação técnica e o intercâmbio de obras em formato acessível. Considerando-se que as bibliografias dos cursos de graduação e pós-graduação são comumente construídas por publicações impressas em papel no suporte livro, é pertinente que os bibliotecários busquem a adesão a esta rede colaborativa, uma vez que na prática assegurará aos estudantes o acesso ao repositório acessível com livros e artigos acadêmicos em formato acessível (REPOSITÓRIO DE INFORMAÇÃO ACESSÍVEL, 2021).

O Espaço Acessibilidade da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe atua na promoção ao acesso à informação para discentes com deficiência. No tocante aos serviços e produtos oferecidos estes incluem empréstimo da coleção de obras literárias em Braille, e em *audiobooks*, impressão Braille, computadores com softwares acessíveis (DOSVOX e NVDA), e de lupas eletrônicas, escaneamento e conversão de texto impresso em tinta para formato digital; tradutor e intérprete de LIBRAS, reprodução de imagens em alto-relevo, scanner falado para leitura de textos impressos (UFS, 2021).

A Seção de Atendimento a Pessoas com Deficiência da Universidade Federal do Ceará, tem como missão criar e propagar a Política de Inclusão à Pessoa com Deficiência nas bibliotecas da instituição. Os serviços apresentados são: edição e digitalização de livros e artigos científicos em formato acessível, levantamento bibliográfico de literatura acadêmica e orientação à pesquisa bibliográfica. A Seção também disponibiliza o Catálogo de Obras Acessíveis, e a Bases de Dados Acessíveis, inclusive a REBECA (UFC, 2021).

A Seção de Inclusão de Usuários com Necessidades Especiais da Universidade Federal da Paraíba tem a missão de atender aos usuários com deficiência, e oferece os seguintes serviços: informações aos usuários, empréstimo, renovação e devolução de livros em Braille e em áudio, digitalização de textos e livros, impressão de materiais em Braille e consulta ao acervo, através do catálogo em Braille. Dispõe de computador com leitores de tela (Dosvox e NVDA), impressora Braille e um *scanner* ledor (UFPB, 2021).

O Laboratório de Acessibilidade da Biblioteca Central Zila Mamede da UFRN é o setor responsável pela produção e adaptação de textos em formato digital acessível, destinados para suporte informacional de estudantes com deficiência visual. Os principais serviços oferecidos são: digitalização de textos, descrição de imagens, conversão de materiais em formatos acessíveis, empréstimo e treinamento de tecnologia assistiva, revisão e impressão Braille, e o Repositório de Informação Acessível (RIA), mediante a cooperação com a REBECA (UFRN, 2021).

O site do Sistema de Bibliotecas Universidade Federal Rural de Pernambuco menciona a inauguração do Laboratório de Acessibilidade, no ano de 2019, e informa que o espaço oferecerá os serviços de digitalização e atendimento técnico pedagógico a estudantes e servidores com deficiência e necessidades específicas. Entretanto, não localizamos nenhuma informação a respeito da atuação do Laboratório (UFRPE, 2021).

Um dos serviços apresentados pela biblioteca da Universidade Federal do Piauí – UFPI é o Laboratório para pessoas com deficiência visual, o qual tem fornecido orientações quanto ao uso de tecnologia. O espaço possui máquinas de Braille, computadores com *software* leitor de tela e impressora que imprime em Braille (UFPI, 2021). Na Universidade Federal do Maranhão a biblioteca apresenta a Sala de Acessibilidade Informacional, um serviço que disponibiliza equipamentos especializados para usuários de baixa visão (UFMA, 2021). Ambas as bibliotecas citadas dispõem de escassas informações no site a respeito do serviço destinado a pessoas com deficiência.

O levantamento revelou que no tocante à coleção acessível e a produção de acervo em formato acessível, que dentre as 8 (oito) bibliotecas, apenas as participantes da REBECA apresentam esses serviços, as quais incluem, a UFBA, a UFRN e a UFC. O acervo acessível inclui *audiobook*, acervo em braile, e em fonte ampliada. A oferta deste tipo de coleção é uma estratégia valiosa para subsidiar a informação acessível, ou seja, aquela que está ao alcance de todos, e, nesse processo, as singularidades devem ser observadas, uma vez que as demandas variam de acordo com o tipo de deficiência.

A indisponibilidade de coleção acessível configura-se como discriminação por motivo de deficiência. Conforme o Decreto nº 6.949/2009 a discriminação manifesta-se quando há qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou

efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2009).

Com respeito a recursos de TA, com exceção da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP), em que o site não fornece detalhes sobre os serviços do Laboratório de Acessibilidade, as demais bibliotecas: UFBA, UFRN, UFC, UFS, UFPB, UFMA, UFPI, apresentam tais recursos (UFRPE, 2021). Os recursos disponíveis compreendem: lupas eletrônicas, impressora Braille, softwares com leitores e ampliadores de tela.

A lupa eletrônica é um dispositivo para ampliar o tamanho das letras e textos e se apresenta em diversos tipos e variações. Os modelos mais comuns são os que possuem uma câmera acoplada a uma mesa que possui tela própria ou pode ser conectada a um computador ou televisão. A lupa assegura ao usuário conforto e praticidade no momento da leitura e pode ser utilizada por qualquer pessoa (FORTALECIMENTO..., 2016).

A impressora Braille é um recurso útil nas BU; o equipamento imprime em folhas avulsas em papel ou em formulário contínuo. É um recurso caro e nem todas as BU dispõem de orçamento para adquiri-lo. A impressora é de fácil utilização, dispõe de recurso de fala para apoio ao usuário na condição de deficiência visual e botões em Braille. O usuário pode selecionar o idioma português e dispor de papel com a gramatura adequada para impressão em Braille, o que possibilita a impressão do alto relevo no papel (FORTALECIMENTO..., 2016)

Ratifica-se que a oferta de recursos de TA na biblioteca contribui sobremaneira para assegurar a informação à pessoa com deficiência. No momento em que propicia equidade de oportunidades, a TA combate à discriminação imposta ao potencializar a apreensão do conhecimento aos estudantes na condição de deficiência. Constitui-se uma questão de direitos humanos, por isso torna-se essencial sua oferta na biblioteca.

Neste levantamento, destaca-se como positivo que 3 (três) bibliotecas atuam na produção de formato acessível, ou seja, adaptam os materiais bibliográficos para o formato acessível, por exemplo, realizam a audiodescrição dos livros, imprimem em braile ou em fonte ampliada, dentre outros. A produção de tais materiais acessíveis torna-se indispensáveis para cooperação na REBECA, uma vez que a rede disponibiliza às instituições participantes os acervos em formato acessível que por sua vez, facilitam na formação e desenvolvimento de coleções acessíveis. No que se refere as fragilidades, verificou-se a

necessidade de consolidar a construção de coleção acessível, dado que as bibliotecas apresentam apenas parte do acervo no formato acessível.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento dos serviços destinados a pessoas com deficiência nas bibliotecas federais do Nordeste do Brasil permitiu constatar que menos da metade das bibliotecas universitárias disponibilizam tais serviços e os escassos serviços evidenciam uma atuação ainda incipiente dos bibliotecários no tocante às políticas inclusivas. Contudo, mesmo reconhecendo as fragilidades existentes convém destacar que os referidos serviços representam um avanço significativo na legitimação das políticas educacionais inclusivas.

A coleção acessível ainda não se constitui uma regra nas bibliotecas, dado que se apresenta em quantidade escassa. A informação auxilia no desenvolvimento do ser humano e as bibliotecas representam a ligação entre a informação e o usuário que dela necessita. Dessa forma, é preciso desenvolver estratégias para subsidiar a informação acessível, não se trata de uma opção, antes é uma responsabilidade que os bibliotecários não podem se eximir.

É fato que as políticas educacionais inclusivas trouxeram para os bibliotecários novas frentes de atuação, as quais incluem mediar informação para pessoas com deficiência e a apropriação quanto à utilização de tecnologia assistiva. Em razão de a informação ser percebida como decisiva, por meio dela se potencializa o conhecimento, é fundamental intensificar os esforços quanto à disponibilização de acervo acessível. Reconhece-se que receber a todos no mesmo espaço e oferecer um atendimento com equidade ainda é um grande desafio. No entanto, de acordo com as informações apresentadas, é obvio não ser mais possível adiar o enfrentamento de tais questões, por se constituir prioridade atuar em harmonia com as políticas educacionais inclusivas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Francisca Lunara Cunha; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. O papel da biblioteca universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas bibliotecas universitárias na cidade de Juazeiro do Norte – CE. **Múltiplos olhares em Ciência**

da **Informação**, Minas Gerais, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70460>. Acesso em: 10 set. 2018.

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Emenda constitucional nº 91, de 18 de fevereiro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.949/09, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Viver sem Limite. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 29 out. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Programa educação inclusiva**: direito à diversidade, documento Orientador. Brasília: DF, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Brasília, DF: MEC, 2010.

CERQUEIRA, Fabiana de Jesus. **A inclusão da pessoa com deficiência visual sob a perspectiva da Ciência da Informação**: um estudo nas bibliotecas da UFRB. 2019.185 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29819/1/FABIANA%20DE%20JESUS%20CERQUEIRA.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

CROCHÍK, José Leon. Educação inclusiva e preconceito: desafios para a prática pedagógica. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (org.). **O professor e a**

educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 39-60. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm. Acesso em: 20 mar. 2018.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **SUR:** Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 6, n.11, p. 65-77, dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2021.

EMMANUELLI, Mara Neide. **Acessibilidade física em bibliotecas universitárias:** um direito de todos. 2009. 82 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18490/000730119.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas (Manual orientador). São Paulo: Mais Diferenças, 2016. Disponível em: https://maisdiferencas.org.br/wp-content/themes/maisdiferencas/downloads/materiais/manual_orientador.pdf. Acesso em: 19 fev. 2019.

KAVANAGH, Rosemary; SKÖLD, Beatrice Christensen (ed.). **Bibliotecas para cegos na era da informação:** diretrizes de desenvolvimento. Tradução Maria de Cléofas Faggion Alencar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. (Relatório Profissional da IFLA, n. 86). Disponível em <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/555/1/ifla-professional-reports-nr-86-pt.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

KONDER, Leandro. **O que é:** Dialética. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

MAIOR, Isabel de Loureiro; MEIRELLES, Fábio. A inclusão das pessoas com deficiência é uma obrigação do Estado Brasileiro. *In:* LICHT, Flavia Boni; SILVEIRA, Nubia. **Celebrando a Diversidade:** pessoas com deficiência e direito à inclusão. São Paulo: Planeta Educação, 2010. p. 33-42.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MENEGATTI, Yara. **Serviços de informação acessíveis para deficientes visuais em bibliotecas de instituições de ensino superior no município de Florianópolis.** 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99420/312248.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MIRANDA, Maria Rosa Pimentel Faria de. **Informação, leitura e inclusão educacional e social nas Bibliotecas Braille de Campo Grande/MS**: um estudo de caso. 2006. 216 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1881>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Tecnologia Assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo. *In*: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva**: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 247-266. Disponível em: http://www.galvaofilho.net/noticias/baixar_livro.htm. Acesso em: 20 mar. 2018.

PLETSCH, Marcia Denise. O que há de especial na Educação Especial Brasileira? **Momento - Diálogos em Educação**, Rio Grande do Sul, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em 12 jun. 2021.

PLETSCH, Marcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Educação Comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de educação especial brasileiras. **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1286-1306, maio. 2021. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp2.15126>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15126>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PLETSCH, Marcia Denise; MELO, Francisco Ricardo V. de; CAVALCANTE, Lucélia Cardoso. Acessibilidade de inclusão de pessoas no ensino superior: experiências e desafios contemporâneos. *In*: MELO, Francisco Ricardo V. de; GUERRA, Érica Simony F.M; FURTADO, Margareth Maciel F. D. **Educação superior, inclusão e acessibilidade**: reflexões contemporâneas. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021. p. 26-38.

PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006.

REPOSITÓRIO DE INFORMAÇÃO ACESSÍVEL (RIA). **Rede Rebeca**. 2021. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1451>. Acesso em: 30 jun. 2021.

RODRIGUES, David. Dimensões éticas da educação inclusiva. *In*: NOZU, Cesar Shoiti; SIEMS, Maria Edith Romano; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães (org.) **Políticas e práticas em educação especial e inclusão**. Curitiba: Íthala, 2021. p. 14-25.

SANTOS, Jaciete Barbosa dos. **Preconceito e inclusão**: trajetórias de estudantes com deficiência na universidade. 2013. 399 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, Bahia, 2013. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/1109141601.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *In*: VIVARTA, Veet (org.). **Mídia e deficiência**. Brasília: Andi: Fundação Banco do Brasil, 2003. p. 160-165.

SASSAKI, Romeu kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?** 2005. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/como-chamar-pessoas-que-tem-deficiencia/#:~:text=%E2%80%9CPessoas%20com%20necessidades%20especiais%E2%80%9D%20surgiu,contund%C3%Aancia%20da%20palavra%20%E2%80%9Cdeficientes%E2%80%9D>. Acesso em: 12 jun. 2021.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciência social: a pesquisa qualitativa em educação.** Atlas: São Paulo, 1987.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação nas áreas das necessidades educativas especiais.** 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Núcleo de Acessibilidade Informacional do SIBI.** 2021. Disponível em: <http://www.sibi.ufba.br/nucleo-de-acessibilidade-informacional-do-sibi-nasibi>. Acesso em: 6 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Seção de Inclusão de Usuário com Necessidades Especiais.** 2021. Disponível em: https://biblioteca.ufpb.br/biblioteca/contents/menu/biblioteca-1/copy_of_servicos/secao-braille. Acesso em: 6 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). **Espaço acessibilidade.** 2021. Disponível em: <https://bibliotecas.ufs.br/pagina/10200>. Acesso em: 6 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). **Biblioteca acessível.** 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ufc.br/pt/biblioteca-acessivel/>. Acesso em: 6 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). **Biblioteca Central.** 2021. Disponível em: https://portais.ufma.br/PortalUnidade/dib/paginas/pagina_estatica.jsf;jsessionid=12DA5DFD7A0D94F0F41E91AFBC42F1FA?id=698. Acesso em: 6 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI). **Produtos & serviços.** Disponível em: <https://ufpi.br/produtos-servicos>. Acesso em: 13 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Laboratório de Acessibilidade.** 2021. Disponível em: <https://sisbi.ufrn.br/>. Acesso em: 6 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE). **UFRPE inaugura Laboratório de Acessibilidade.** 2021. Disponível em: <http://www.ufrpe.br/br/content/ufrpe-inaugura-laborat%C3%B3rio-de-acessibilidade>. Acesso em: 6 ago. 2021.

VIVARTA, Veet (org.). **Mídia e deficiência.** Brasília: Andi: Fundação Banco do Brasil, 2003.

Declaração de Contribuição dos Autores

Fabiana de Jesus Cerqueira – Conceptualização – Metodologia – Escrita (rascunho original).

Theresinha Guimarães Miranda – Escrita (análise e edição).

Como citar o artigo:

CERQUEIRA, Fabiana de Jesus; MIRANDA, Theresinha Guimarães. A inclusão nas bibliotecas universitárias federais no Nordeste do Brasil. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 6, p. e27829, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21680/2447-0198.2022v6n0ID27829>.